



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

## TERMO

### **TERMO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0033.126552/2019-88**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 132/2020/CEL/SUPEL/RO**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças e limpeza dos componentes da Estação de Tratamento de Esgoto do tipo compacto, estanque e hermético, de volume teórico afluente de 100,00 m<sup>3</sup>/dia e sistema combinado (anaeróbio + aeróbio + tratamento dos gases + desinfecção), localizada nas dependências da Penitenciária Estadual Jorge Thiago Aguiar Afonso, Unidade Prisional, em fase final de construção, que integra esta Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS/RO, por um período de 12 (doze) meses.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de seu Pregoeiro, designada por meio da Portaria nº 001-2020/SUPEL-CI, edição do dia 06 de janeiro de 2020, em atenção ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **RF Ambiental EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.527.387/0001-34, com base nos Princípios da Legalidade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Razoabilidade e Proporcionalidade, do Julgamento Objetivo e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

### **I – PRELIMINAR DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL E EFEITO SUSPENSIVO**

A empresa **RF Ambiental EIRELI** manifestou sua intenção de recurso em momento oportuno, sendo considerado **TEMPESTIVO e encaminhado POR MEIO ADEQUADO.**

### **II – DO RELATÓRIO**

Trata-se o presente certame de Pregão Eletrônico para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças e limpeza dos componentes da Estação de Tratamento de Esgoto do tipo compacto, estanque e hermético, de volume teórico afluente de 100,00 m<sup>3</sup>/dia e sistema combinado (anaeróbio + aeróbio + tratamento dos gases + desinfecção), localizada nas dependências da Penitenciária Estadual Jorge Thiago Aguiar Afonso, Unidade Prisional, em fase final de construção, que integra esta Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS/RO, por um período de 12 (doze) meses. Esta Comissão Especial de Licitações – CEL, na data de 30 de junho de 2020, realizou sessão de Pregão Eletrônico para Registro de Preços através do Sistema ComprasNet.

A sessão de Pregão Eletrônico 132/2020 foi realizada pelo pregoeiro Everson Luciano Germiniano da Silva e equipe de apoio no dia 30/06/2020 por meio do sistema ComprasNet.

Considerando o disposto em Edital, o modelo de contratação adotado foi o de menor valor global.

Desta feita, na ocasião da Sessão restou configurado o seguinte resultado **ATIBAIA ENGENHARIA CONSTRUÇOES E SANEAMENTO EIRELI** apresentou proposta com menor preço global.

Por derradeiro, oportunizou-se o prazo recursal aos interessados, ocasião na qual a empresa **RF Ambiental EIRELI** apresentou o presente **Recurso Administrativo**.

Em sua peça recursal, a recorrente arguiu os seguintes descumprimentos:

**1 –INEXIQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA ATIBAIA, CONTRARIANDO A LEI GERAL DE LICITAÇÕES 8666/1993 – ART. 48, INCISOS I – II, § 1º ALÍNEAS “A” E “B”;**

**2 —NÃO APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO RELATIVO AO ACERVO TÉCNICO DOS PROFISSIONAIS INDICADOS PELA LICITANTE, POR EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS DE CARACTERÍSTICAS SEMELHANTES AO OBJETO QUE DA LICITAÇÃO, QUE SERÃO OS RESPONSÁVEIS TÉCNICO PELA EXECUÇÃO PELA OBRA.**

Ato contínuo, contemplados os requisitos de admissibilidade e tempestivamente, a empresa **ATIBAIA ENGENHARIA CONSTRUÇOES E SANEAMENTO EIRELI** apresentou contrarrazão, através das quais pugnam pelo **indeferimento do recurso interposto**.

É o relatório.

### **III – DO MÉRITO – DO JULGAMENTO DO RECURSO**

Antes de adentrarmos no Julgamento do Recurso, ressaltamos alguns pontos que versa sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo e qualquer alegação contrária não passam de sofismas, lançados com o objetivo apenas de tumultuar o Certame licitatório, o que deve ser rechaçado.

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPEL.

As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Equipe, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

Dito isso. Após criteriosa análise do Recurso interposto pela Recorrente passamos ao Julgamento das suas razões.

**1 - INEXIQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA ATIBAIA, CONTRARIANDO A LEI GERAL DE LICITAÇÕES 8666/1993 – ART. 48, INCISOS I – II, § 1º ALÍNEAS “A” E “B”:**

Embora nos termos a da lei 8666/1993, em seu artigo 48, haja a previsão de que serão desclassificadas as propostas com preços manifestamente inexequível, o Tribunal de Contas da União proferiu, por meio do Acórdão 1720/2010 – Segunda Câmara, a seguinte decisão:

***“É ilegal a desclassificação de licitantes pela apresentação de propostas que contenham preços considerados inexequíveis, sem que antes lhe seja facultada a oportunidade de apresentar justificativas para os valores ofertados.”***

Por tratar-se de jurisprudência amplamente utilizada por esta SUPEL a proposta ofertada pela licitante não foi desclassificada.

Em sede de contrarrazões a empresa ATIBAIA apresentou argumento ratificando a exequibilidade de sua proposta, informando que há quase uma década presta serviços com a Administração Pública, possuindo diversos contratos, tendo inclusive anexado atestado de capacidade técnica fornecido pela própria secretaria demandante – SEJUS. Informou ainda que nesses anos, em que presta serviço para a

Administração, nunca sofreu sanção administrativa ou responde ou respondeu qualquer processo judicial. Declarou que caso a informação não seja suficiente o pregoeiro poderá diligenciar para aferir a exequibilidade da proposta.

Ante as contrarrazões feitas pela licitante ATIBAIA, este pregoeiro achou por bem diligenciar, com base no artigo 43 § 3º da Lei 8.666/1993, para que a mesma demonstrasse a exequibilidade de sua proposta.

Após a solicitação a licitante ATIBAIA apresentou declaração de exequibilidade (0012545768) ratificando da proposta, demonstrando que possuiu serviço similar ao objeto licitado, serviços esses que são prestados junto a Condomínios na cidade de Porto Velho: - CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VEREDAS DO MANDEIRA e CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VOLPI, com preços condizentes ao ofertado pela licitante. Além disso informou que já possuiu estrutura pronta para a prestação do serviço, não sendo necessário grande investimento para tal.

Dessa forma ficou evidenciado que a licitante tem total conhecimento da composição dos custos praticados por sua empresa e compromete-se ante a Administração a manter o serviço a ser contratado tendo como valor de remuneração o preço ofertado em sua proposta.

Antes de mencionar a decisão propriamente dita, cabe informar que na etapa de lances, houve intensa disputa entre os licitantes. Tal fato demonstra que o valor ofertado pela licitante Atibaia não foi um lance isolado, outras empresas ofertaram lances bem próximos ao apresentado pela licitante. Além disso na sessão do pregão, este pregoeiro, por meio do chat, indagou a licitante Atibaia sobre o preço ofertado, pois o mesmo estava bem abaixo do estimado, em resposta a licitante ratificou o preço ofertado, comprometendo-se a mantê-lo ante a Administração.

Na busca da proposta mais vantajosa para a Administração, bem como os argumentos apresentados não vislumbro a necessidade desclassificar a proposta da licitante em virtude do preço ofertado.

## **2 – NÃO APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO RELATIVO AO ACERVO TÉCNICO DOS PROFISSIONAIS INDICADOS PELA LICITANTE, POR EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS DE CARACTERÍSTICAS SEMELHANTES AO OBJETO QUE DA LICITAÇÃO, QUE SERÃO OS RESPONSÁVEIS TÉCNICO PELA EXECUÇÃO PELA OBRA.**

A recorrente alega que os acervos apresentados estão em nome de GILBERTO DAS DORES MORAIS DO AMARAL e ADALBERTO BRAGA DE CARVALHO, sendo que não ficou demonstrado que Gilberto possuiu vínculo com a licitante. Já o acervo do profissional Adalberto (químico e engenheiro sanitário) não está registrado no CREA e sim no CRQ – CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA.

Em sede de contrarrazões a empresa ATIBAIA apresentou argumento entendendo por equivocada a conclusão da recorrente **RF AMBIENTAL EIRELI**, pois foi apresentado o senhor José Cassemiro Junio de Siqueira Oliveira como um dos profissionais responsáveis vinculados a licitante (documentação nos autos datada de 16.12.2019) a qual atesta através da certidão do CREA o vínculo do profissional.

Informa também que além dos documentos de José Cassimiro (engenheiro civil) foram apresentados o acervo, qualificação técnica e vínculo do profissional Adalberto Braga de Carvalho (engenheiro sanitário e químico) com a empresa recorrida. E que, em que pese o profissional Jose Casssemiro não ter acervo junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Adalberto Braga está vinculado ao Conselho Federal de Química – CFQ, sendo que o Acervo Técnico apresentado na proposta está de acordo com a regra editalícia, mais precisamente a letra “d” do item 13.7 do edital.

Quanto ao questionamento dos autos sobre a validade do contrato do profissional Adalberto Braga, a licitante esclarece que o instrumento juntado no certame é a renovação de contrato que vigora desde 2015 conforme imagem que se colaciona: Ou seja, não estar-se falando primeira contratação mas sim em renovação contratual, conforme observação anotada no contrato de prestação de serviços entabulado entre as partes no item anterior a cláusula 1º.

Após dos argumentos apresentados por ambas concorrentes o entendimento deste Pregoeiro é de que a proposta e documentos apresentados pela licitante Atibaia respeitaram as regras do edital.

Restou provado que a exigência de apresentação de Acervo Técnico do profissional responsável para execução do serviço – Manutenção Preventiva e corretiva em estações de tratamento de esgoto do tipo

compactada – foi cumprida pela licitante, pois apresentou Atestados que demonstram que o Senhor Adalberto Braga, responsável químico da empresa, possui esse acervo devidamente certificados pelo Conselho Regional de Química do qual faz parte (0012236102). Foi provado também que esse profissional possui vínculo com a licitante conforme cópia do contrato particular de prestação de prestação de serviços técnicos apresentados junto com a documentação de habilitação (0012236102).

Corroborando com esse entendimento informo que dentre os documentos apresentados pela licitante, consta Atestado de Capacidade Técnica expedido pela Secretaria de Estado de Justiça do Estado de Rondônia (0012236102), o qual atesta que a licitante Atibaia prestou serviço de Operacionalização, manutenção, monitoramento, limpeza da estação de tratamento, ou seja serviço de características muito semelhantes ao serviço objeto da licitação. Nesse documento consta de forma expressa no anverso, Certificado expedido pelo Conselho Regional de Química – XIV Região, datado em 18/02/2019, o qual registra que o serviço foi executado pelo profissional, cadastrado no conselho, ADALBERTO BRAGA DE CARVALHO, mesmo profissional indicado pela empresa como um dos responsáveis técnicos para execução do serviço.

Ante os argumentos apresentados, ratifico o entendimento de que o item 13.4 (apresentação de acervo técnico de profissional indicado pela empresa) foi obedecido. Não vislumbrando a necessidade de desclassificação da licitante.

#### **IV - DA DECISÃO**

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, o Pregoeiro, consubstanciado pela documentação anexada aos autos, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-se **TEMPESTIVO**, e no mérito, analisou as questões pontualmente, para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-o **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**.

Submete-se a presente decisão à análise e apreciação do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho (RO), 21 de julho de 2020.

**EVERSON LUCIANO G. DA SILVA**

Pregoeiro - CEL/SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Everson Luciano Germiniano da Silva, Analista**, em 21/07/2020, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0012552117** e o código CRC **CD9749C6**.